

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.195 - PR (2019/0252736-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : RITA DE CASSIA MOLINA (PRESO)
ADVOGADO : RONALDO DOS SANTOS COSTA - PR039877
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE NÃO DEMONSTRADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS (60 ANOS, PRIMÁRIA, PROFESSORA, RESIDÊNCIA FIXA). MEDIDAS CAUTELARES. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Caso em que a recorrente foi presa cautelarmente no dia 23/11/2018, no curso da investigação criminal voltada para apurar supostos crimes praticados por integrantes da organização criminosa denominada "PCC". No dia 17/12/2018 foi beneficiada com a liberdade provisória, mediante a aplicação de medidas cautelares. Em 13/2/2019, diante de novas informações colhidas, a prisão foi novamente decreta e o mandado cumprido no dia 14/2/2019. Posteriormente foi oferecida denúncia contra 38 pessoas, imputando à recorrente os crimes de organização criminosa, tráfico de drogas e associação para o tráfico.

2. Segundo o decreto prisional, a recorrente teria efetuado vários depósitos de pequenos valores para diversas pessoas, a pedido do seu irmão MARCELO (um líder do grupo e preso em unidade de segurança máxima). Assim, a recorrente "*seria uma espécie de "tesoureira" da organização criminosa e responsável pela parte financeira do tráfico de drogas realizado pelo seu colateral de dentro do sistema penitenciário*", e ainda fornecia sua conta bancária para receber a ajuda mensal prestada pela organização criminosa PCC.

3. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda,

Superior Tribunal de Justiça

a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

4. Na espécie, em que pese a reprovabilidade das condutas imputadas, as decisões anteriores não demonstram a imprescindibilidade da medida extrema. Com efeito, o decreto inicial menciona apenas que o crime é de extrema gravidade, causa preocupação geral e potencial dano, além de desencadear outros crimes. Acerca especificamente da recorrente, nada diz que possa indicar um efetivo perigo à ordem pública ou ao regular desenvolvimento do processo, caso permaneça em liberdade. Constrangimento ilegal evidenciado. Precedentes.

5. Ainda, as ações atribuídas a Rita de Cássia Molina não se revestem de gravidade excepcional, não envolveram violência ou grave ameaça e, aparentemente, nada ilegal (que possa ser atribuído com segurança à recorrente) foi encontrado na residência por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão. Ademais, a recorrente tem 60 anos, é professora municipal aposentada, absolutamente primária, com residência fixa e ainda detêm a guarda de um menor, com 14 anos, filho de seu irmão que se encontra preso, contexto que evidencia a possibilidade de restabelecimento das medidas cautelares anteriormente aplicadas.

6. Recurso ordinário provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator